

DISCURSO DE AGRADECIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA

António José Avelãs Nunes
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
anunes@fd.uc.pt

Senhor Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Prof. Doutor Rómulo Polari
Senhor Diretor do Centro de Estudos Jurídicos da UFPB, Prof. Doutor Eduardo Rabenhorst
Senhora Reitora do UNIPÊ, Prof. Doutora Ana Flávia Pereira da Fonseca
Senhor Coordenador do Curso de Direito da Extensão Santa Rita, Prof. Doutor Robson
Antão de Medeiros
Senhor Prof. Doutor Fábio Konder Comparato
Queridos estudantes, aqui representados pelo Presidente do Centro Acadêmico, Filipe de
Medeiros
Sr^a Josileide Moraes, representante do Corpo Técnico Administrativo
Senhoras e Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Queridos Amigos

1. Mandam os costumes desta Universidade e exige a boa educação que eu diga algumas palavras nesta cerimónia solene. Cumpro gostosamente a tradição, receoso embora de não estar à altura das circunstâncias e certo de que me falta o talento para traduzir em palavras tudo o que me vai na alma.

2. A palavra primeira é para agradecer a V. Ex^a, Senhor Reitor, e, na sua pessoa, a todos os Colegas que, nas várias instâncias da Universidade que se ocuparam deste assunto, entenderam que se justificava conceder-me este título de Doutor *Honoris Causa*.

O agradecimento que aqui vos deixo, Senhor Reitor e Caros Colegas, não é um agradecimento protocolar, que eu não nasci para diplomata e não tenho jeito para jogos de salão.

O agradecimento que devo à UFPB e que aqui quero testemunhar é um sentimento autêntico, da natureza daquele que liga um filho adoptado à sua família adoptiva.

Nada é mais valioso para um universitário do que o reconhecimento dos seus pares. E eu sinto-me muito feliz por saber que decidistes receber-me na vossa Casa como um dos vossos, adoptando-me como membro desta grande família, a família de uma Universidade que vem subindo a pulso e se vem afirmando entre as cinquenta melhores da América Latina. Bem hajam todos.

Recebo esta homenagem com toda a humildade, muito honrado por tão elevado galardão, justificado muito mais pela vossa generosidade do que pelos meus méritos.

3. A minha segunda palavra é para agradecer ao Prof. Doutor Enoque Feitosa Sobreira Filho, a quem coube o espinhoso encargo de descobrir, na minha pessoa e no meu currículo, méritos bastantes para justificar, perante esta assembleia, a concessão deste título de Doutor *Honoris Causa*.

Fico-lhe muito grato, meu Caro Professor Enoque, pelo esforço a que aceitou submeter-se e que se traduziu na bela oração que aqui proferiu, sabendo enfeitar com a qualidade da sua prosa a modéstia dos predicados que generosamente conseguiu garimpar por entre o que ficou no leito de uma carreira académica que iniciei há mais de cinquenta anos.

Quero que saiba que me considero, perante si, devedor de uma dívida que dificilmente conseguirei pagar.

4. Dito isto, permita-me, Senhor Reitor, que dirija uma saudação especial àqueles dos meus Amigos aqui presentes que, como eu, pertencem ao claustro dos Doutores em Direito pela Universidade de Coimbra.

5. Quero referir, em primeiro lugar, o Doutor Fábio Konder Comparato, Doutor *Honoris Causa* Faculdade de Direito de Coimbra. Eu sei que ele se honra deste título, e nós, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sentimo-nos muito honrados por poder contá-lo entre os nossos Doutores.

O Doutor Fábio Konder Comparato é, sem dúvida, um dos mais qualificados e influentes professores da Universidade brasileira e é, para além de investigador e professor, uma referência moral do mundo académico. Universitário exemplar, Fábio Konder Comparato é também um cidadão comprometido com as causas dignas do Homem.

É para mim uma honra e um privilégio saber que tão ilustre personalidade veio hoje a João Pessoa apenas para poder estar presente nesta cerimónia. Agradeço penhoradamente a sua deferência, Senhor Doutor Fábio Konder Comparato.

É uma grande alegria para mim ter comigo, neste dia feliz da minha vida, um Amigo que muito respeito e admiro. Bem haja, meu Caro Fábio, por mais esta prova de amizade, que não esquecerei.

6. Chegou a vez de saudar, comovidamente, a nossa Colega Doutora Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa, a quem devo, mais do que a qualquer outra pessoa – estou certo disso – a honra de estar aqui hoje a receber a maior distinção que uma Universidade pode conceder.

Conheci a Maria Luiza – deixem-me tratá-la assim, carinhosamente – há precisamente dez anos, quando ela chegou a Coimbra com o propósito de aí fazer o seu doutoramento em Direito.

Foi acompanhada do marido e dos três filhos, o que logo me deixou a ideia de que aquela senhora não estava ali para fazer turismo, porque só pode ter propósitos muito sérios quem faz um investimento pessoal de tal envergadura.

Esta primeira impressão viria a ser inteiramente confirmada, ao longo dos quatro anos que passou em Coimbra e durante os quais pudemos conviver pessoalmente, envolvendo as nossas famílias. A convivência quase diária com a Maria Luiza permitiu-me conhecê-la bem e descobrir rapidamente a sua inteligência viva, a sua determinação, a sua capacidade de trabalho, o rigor e a

honestidade intelectual que põe na sua investigação, o seu espírito de iniciativa, as suas capacidades de organização e de liderança.

Desta convivência muito próxima nasceu a amizade, o apreço e a consideração pessoal e intelectual que desde então lhe devoto.

Tive o gosto, por deferência dela, de ir acompanhando os seus trabalhos de investigação, o que me permitiu dar-me conta dos extraordinários progressos que ia fazendo, não apenas quanto aos conhecimentos, mas também quanto aos métodos de trabalho e de abordagem da problemática em estudo.

E tive o privilégio de presidir ao Júri das suas provas de doutoramento, no ambiente austero e soleníssimo da Sala dos Capelos da Universidade, provas que lhe valeram, com inteira justiça, a notação mais elevada atribuída na Universidade de Coimbra: *Aprovada com Distinção e Louvor*.

Hoje e aqui, quero reiterar publicamente estes meus sentimentos para com ela e quero agradecer-lhe, do fundo do coração, o empenho com que se dedicou à tarefa nada fácil de vos convencer da justeza da outorga de tão alta distinção a este modesto professor da Faculdade de Direito de Coimbra.

7. Quero ainda cumprimentar outros paraibanos meus Amigos, igualmente Doutores em Direito pela Universidade de Coimbra, o Doutor Marcílio Franca Filho, o Doutor Rogério Varela e o Doutor Filipe Negreiros.

Conheci-os também durante a estadia deles em Coimbra como estudantes de doutoramento.

Presidi ao Júri das provas de doutoramento do Doutor Marcílio Franca e participei na votação que, tendo em conta a seriedade com que encarou a preparação da sua tese e a qualidade dela, lhe atribuiu a classificação mais elevada: *Aprovado com Distinção e Louvor*.

Não tive a oportunidade de acompanhar tão de perto a carreira coimbrã dos Doutores Rogério Varela e Filipe Negreiros. Mas sei que obtiveram pleno êxito no seu Doutoramento.

Alegra-me saber, meus Caros Amigos, que todos vocês integram agora o corpo docente desta Casa. Posso, assim, confirmar que tive razão quando, chegado em 1996 à Direção da minha Faculdade, propus que a nossa prioridade no âmbito das relações internacionais fosse o reforço da cooperação com as nossas congéneres brasileiras, certo de que nós seríamos os maiores beneficiários desta aproximação com o Brasil.

Alguns anos mais tarde, quando assumi as funções de Vice-Reitor da Universidade, propus a criação de um pelouro autónomo das relações internacionais que se ocupasse especificamente das relações com os países de língua oficial portuguesa. A sugestão foi aceite e eu fiquei responsável, ao nível da Reitoria, por este pelouro, o que me permitiu continuar a trabalhar no sentido da aproximação entre as comunidades universitárias dos nossos dois países, com base na amizade e na confiança entre os seus protagonistas.

8. Como estamos na Paraíba, permita-me ainda, Senhor Reitor, que, homenageando todos os paraibanos, deixe aqui uma palavra de saudosa evocação e de respeitosa e comovida homenagem a um ilustre paraibano, que foi um dos meus Mestres e que tive a alegria de conhecer pessoalmente em

Coimbra, por ocasião do Doutoramento *Honoris Causa* do Presidente José Sarney, cuja comitiva ele integrava como Ministro da Cultura.

Refiro-me a Celso Furtado, que me honrou com a sua amizade e que me ofereceu o último texto que escreveu, terminado horas antes de nos ter deixado: o *Prefácio* à edição brasileira da minha tese de doutoramento sobre *o modelo brasileiro de desenvolvimento*.

Quando um grupo de amigos e admiradores de Celso Furtado iniciou o movimento que viria a apresentar a sua candidatura ao Prémio Nobel da Economia, o Professor pediu-me um depoimento destinado a integrar o dossiê da candidatura. Isto porque, alguns meses antes, na sua casa do Rio de Janeiro, eu lhe tinha dito que, se houvesse justiça neste mundo, ele já deveria ter ganho o Prémio Nobel da Economia.

É claro que fiz o depoimento com uma enorme alegria. E consegui que a Faculdade de Direito, a Faculdade de Economia e o Senado da Universidade de Coimbra aprovassem moções de apoio à sua candidatura.

Celso Furtado foi uma das figuras de proa da pléiade de economistas que puseram de pé a CEPAL e que conquistaram a sobrevivência, o direito de cidadania e o prestígio desta Agência da ONU, numa luta desigual contra os interesses estabelecidos, luta que ele nos conta em *A Fantasia Organizada*.

A ele se deve uma contribuição decisiva para a elaboração e a consagração de uma *teoria dodesenvolvimento* através da qual a *inteligentzia* do ‘Terceiro Mundo’ mostrou que a teoria económica elaborada nos grandes centros produtores da ideologia dominante era incapaz de compreender e de explicar o fenómeno do subdesenvolvimento e era incapaz, por isso mesmo, de encontrar os caminhos susceptíveis de conduzir os povos dominados, nomeadamente os da América Latina, pela via de um desenvolvimento autónomo e libertador.

A distinção do Prémio Nobel da Economia assentava como uma luva a este homem de cultura, jurista de formação e economista por vocação e devoção, autor de obras seminais marcadas pela grandeza da visão que as inspira, pela criatividade e pelo rigor intelectual e também pela elegância literária.

Defendientão – como defendo agora – que a outorga do Prémio Nobel da Economia/2004 a Celso Furtado seria um ato de justiça para com um dos mais cultos, lúcidos e influentes economistas do ‘Terceiro Mundo’, um gesto de estímulo para a *inteligentzia* destes países e até um ato de solidariedade para com os povos vítimas da exploração e da exclusão social.

Neste, como em outros casos, o Comité do Prémio não decidiu, porém, segundo os critérios da razão e da justiça. Logo que foi conhecido o veredicto, Celso Furtado escreveu-me para me dizer o seguinte: “Nenhuma homenagem que eu venha a receber poderá superar em minha imaginação um gesto como este [o apoio da Universidade de Coimbra à sua candidatura], pois a Universidade de Coimbra sempre foi para nós, brasileiros, a referência máxima de prestígio académico no mundo de língua portuguesa”.

9. Creio, Senhor Reitor, que todos aqueles que, na UFPB, votaram a favor da concessão do grau de Doutor *HonorisCausa* à minha pessoa o fizeram porque partilham esta opinião de Celso Furtado relativamente à Universidade de Coimbra, considerando-a como “a referência máxima de prestígio académico no mundo de língua portuguesa”.

Recebo, pois, esta homenagem como uma homenagem à minha Universidade, agradecendo-vos a enorme generosidade que vos levou a considerar-me digno de a receber em nome dela.

Venho da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito, sendo que o Direito é o saber que há mais tempo se ensina em Coimbra, à semelhança do que – se não erro – acontece nesta Universidade que agora me acolhe, cujo Centro de Ciências Jurídicas, herdeiro da Faculdade de Direito da Paraíba, completa agora sessenta anos, a idade da plenitude da sabedoria, como vem demonstrando a vossa Escola de Direito, que dia a dia reforça o prestígio dos seus cursos de bacharelato, de mestrado e de doutorado, não apenas a nível nacional, mas também no plano internacional. Parabéns a todos os que nela trabalham, investigando, ensinando, estudando.

A Universidade de Coimbra é a mais antiga Universidade portuguesa e uma das mais antigas Universidades europeias, talvez mesmo a mais antiga universidade pública da Europa. Na verdade, criada em 1 de Março de 1290 por D. Dinis, rei-poeta e “plantador de naus”, a Universidade de Coimbra nunca foi uma universidade da Igreja Católica, apesar de, durante séculos, a grande maioria dos seus professores e dos seus estudantes serem membros do clero. Porque ao povo não era permitido estudar e porque a nobreza não se dispunha a tal canseira: limitava-se a viver do trabalho alheio.

Após alguns anos de itinerância entre Lisboa e Coimbra, a Universidade está sediada em Coimbra desde 1537, ocupando desde então um velho palácio real, ele mesmo construído no local onde, há mais de mil anos, se erguia o palácio-fortaleza, a alcáçova que albergava o governador árabe da região de Coimbra.

10. Diferentemente do que fez a Espanha, Portugal não criou Universidades fora da metrópole. E mesmo no nosso pequeno retângulo – ressalvada a existência efémera da Universidade dos Jesuítas em Évora – a Universidade de Coimbra foi a única Universidade do império português até à proclamação da República (1910), que criou duas novas Universidades, uma em Lisboa, outra no Porto.

Assim se explica que por Coimbra tenham passado as elites do nosso império colonial, gente vinda dos cinco continentes.

Assim se explica que a Universidade de Coimbra se tenha desenvolvido, em certo sentido, como uma *universidade do mundo*.

Assim se explica que a Universidade de Coimbra tenha sido também uma *universidade brasileira*, na qual se formaram muitos dos que lançaram as sementes que haveriam de frutificar na independência do Brasil.

Basta referir um nome: José Bonifácio de Andrada e Silva. Estudou em Coimbra, onde se licenciou em Direito e em Filosofia Natural. Em Coimbra se doutorou e em Coimbra foi professor.

Primeiro Professor de uma disciplina de Mecânica, o melhor aluno licenciado em Engenharia Mecânica recebe ainda hoje o Prémio José Bonifácio de Andrada e Silva; o Professor dá o nome à sala mais importante da Secção de Geologia do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; no velho *Laboratório Chimico* (o primeiro edifício construído em todo o mundo expressamente para este efeito) uma placa assinala o primeiro forno de cerâmica instalado em Portugal pelo seu Diretor, José Bonifácio de Andrada e Silva.

A nossa história ajudará a compreender que a mais importante rede de universidades europeias tenha adotado o nome de *Coimbra Group*.

E explica sem dúvida que cerca de cinquenta das mais importantes universidades brasileiras (federalis, estaduais e confessionais) tenham decidido, em 2009, em homenagem à *Alma Mater Conimbrigensis*, reunir-se no *Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras*.

A nossa história e o capital de prestígio que fomos acumulando explicarão também que cerca de 18% dos nossos alunos sejam estrangeiros, provenientes de mais de cinquenta países de todo o mundo.

Esta vocação de universalidade é, justamente, o fundamento da candidatura que o Governo português vai apresentar junto da Unesco no sentido do reconhecimento da Universidade de Coimbra como *Património Mundial*.

11. Não seria curial que aqui falasse de mim.

Se dissesse mal - e não seria de esperar que o fizesse... -, pareceria que, num gesto além do mais ingrato, estava a pôr em causa o fundamento da vossa decisão.

Se dissesse bem, dava a impressão de querer insinuar, com inadmissível soberba, ter sido mais do que justa a outorga deste alto título honorífico.

Optei por falar um pouco da minha Universidade, porque, conhecendo muito bem os seus defeitos, continuo a acreditar que ela é uma Universidade construtora do futuro, e por isso me honro de ter sido estudante de Coimbra e de ter sido professor da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito. E sei que foi esta circunstância que estive na base do vosso gesto.

A partir de hoje, a vaidade ocupará um espaço maior dentro de mim, porque às outras vaidades que cultivo (humanas fraquezas, pois claro...), se juntará a vaidade de fazer parte do claustro dos Doutores da Universidade Federal da Paraíba, que, em pouco mais de cinquenta anos, já viu sair do seu seio uma outra Universidade Federal, a Universidade Federal de Campina Grande, e continua a afirmar-se como um grande Universidade, com os seus quatro *campi*, os seus dez centros de investigação e ensino, os seus 63 Cursos de Graduação, 37 Cursos de Mestrado e 18 Cursos de Doutorado.

Senhor Reitor
Caros Colegas
Meus Amigos

12. Vivemos momentos difíceis neste nosso tempo de esperança e de desespero.

Um primeiro sinal da crise estrutural do capitalismo que hoje sofremos foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (Agosto/1971) e a chamada *crise do petróleo*, entre 1973 e 1975.

Estes dois episódios, no início e no fim da década de 1970, anunciaram o esgotamento do keynesianismo, apanhado de surpresa pelo aparecimento da *estagflação*, estranho fenómeno que, contrariando o modelo histórico das crises do capitalismo, mostrava que, no quadro de um *capitalismo altamente monopolizado*, taxas de crescimento próximas de zero (ou mesmo negativas) e níveis elevados de desemprego podiam coexistir com taxas elevadas e crescentes de inflação.

No rescaldo das dificuldades da primeira metade da década de 1970, o keynesianismo – que tinha salvo o capitalismo de uma morte que parecia iminente e que tinha conseguido o ‘milagre dos trinta anos gloriosos’, interpretado por alguns como o anúncio de um *capitalismo sem crises* – [o keynesianismo, dizia] foi colocado no banco dos réus e acusado de todos os males do mundo. Iniciava-se a *contra-revolução monetarista*.

A *reaganomics* nos EUA e o *thatcherismo* no Reino Unido marcam, a partir de 1979, o início deste novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou como a ideologia dominante, a ideologia das classes dominantes (mais especificamente, a ideologia do setor dominante das classes dominantes: o setor financeiro).

Por meados dos anos 1980, as grandes linhas da ideologia neoliberal começaram a dominar o pensamento e a ação dos partidos socialistas e sociais-democratas, sobretudo na Europa, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo deus mercado era uma condição de ‘respeitabilidade’ política. Os dogmas neoliberais ganharam novos crentes, que recorrentemente vêm defendendo a sua ‘fé’ com o inadmissível ‘argumento’ thatcheriano de que *não há alternativa*.

Entretanto, o *consenso keynesiano* foi substituído pelo chamado *Consenso de Washington*, o consenso entre os EUA e as agências internacionais relacionadas com a economia (FMI, Banco Mundial e GATT/OMC), que pode ser lido como uma estratégia para tentar travar a perigosa tendência no sentido da *baixa da taxa de lucro*, que se vinha observando, a partir de meados dos anos 1960, nas mais importantes economias capitalistas, e que a crise da primeira metade da década de 1970 veio pôr em evidência.

À escala europeia, a criação da UEM em Maastricht (1991), com a moeda única, o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, é o ponto crítico da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*.

13. Com a implosão da URSS e da comunidade socialista europeia, a *contra-revolução monetarista* ganhou novo fôlego, o *pensamento único* conquistou mais adeptos, a *ideologia neoliberal* acentuou o seu domínio.

Sempre que as condições objetivas permitem alimentar o sonho de que o capitalismo tem garantida a eternidade, ganha força a tentação reacionária de regressar ao século XVIII e à violência que marcou as relações industriais nos primeiros tempos do capitalismo.

Nestas novas condições, os ‘donos’ do mundo acreditaram que não havia razão para medos e que, como os vampiros, poderiam *comer tudo e não deixar nada*.

A partir dos anos 1980, porém, vários momentos de crise marcaram a história do capitalismo.

Em 1995 registou-se a crise que teve como protagonista o peso mexicano. Foi “a primeira grande crise dos mercados globalizados”, crise que fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro de todo o mundo capitalista.

No rescaldo desta crise, Michel Camdessus (então Diretor-Geral do FMI) escreveu que o mundo é dominado por um poder político sem controlo, à mercê de uma “classe composta por agentes globais que manipulam divisas e ações e dirigem um fluxo de capital de investimento livre,

fluxo esse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais”. Referindo-se a estes especuladores profissionais, Camdessus não hesitou em afirmar, sem qualquer cerimónia: “o mundo está nas mãos *destes tipos*”.

E John Major, então Primeiro-Ministro britânico, observava que o jogo dos especuladores assume “dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais”.

O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava: “não se pode permitir que os mercados minem a política económica de todo um país”.

Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995): os especuladores são a “*a sida (aids)* da economia mundial”.

14. Apesar deste alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para as pôr na ordem, nem sequer com o pretexto de salvar a economia mundial desta espécie de ‘aids’ (‘sida’) que vai diminuindo as suas resistências.

Perante o evidente risco de pandemia, os defensores do mercado livre, da plena liberdade de circulação de capitais, da desregulamentação e da desregulação não poupam esforços no sentido de salvaguardar os seus ‘estados privados’, protegidos por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que se dizem coisa do passado.

Continuam-se a defender os *mesmos tipos*, protegendo com unhas e dentes os seus santuários, os chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos bancários*, que são também (e cada vez mais) sobretudo *paraísos judiciários*, espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais.

Eles constituem o maior escândalo deste mundo da *globalização financeira*.

Trata-se de verdadeiras ‘reservas’ criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da *liberdade* e do *mercado*, a capitais especulativos de todo o tipo, quase sempre oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos.

Tudo com a (inevitável) cumplicidade dos grandes bancos e dos grandes conglomerados transnacionais. E, naturalmente, das grandes potências, que, em nome da *liberdade do capital* e em honra ao ‘deus mercado’, não querem pôr em causa a ‘soberania’ destes “estados bandidos”, mesmo neste nosso tempo em que tanto se fala e se pratica o *direito de ingerência* em certos países, em nome dos valores que integram o “estado de direito”.

A ‘soberania’ destes *estados mafiosos* é a única respeitada pelos ‘globalizadores’. E eles vivem dela, utilizando-a como objeto de comércio, permitindo, em nome dela, que o grande capital e o crime organizado realizem impunemente a evasão e a fraude fiscais e a lavagem de dinheiro sujo.

Dão que pensar estas palavras de um jornalista português, de orientação liberal, escritas quando, após os ataques às torres gémeas de Nova York, os polícias do mundo anunciaram a luta contra o crime global e contra o terrorismo global: “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por ações militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério”.

Pelo que se vê, parece que não é a sério... O que é a sério é a destruição de estados soberanos e o sacrifício dos seus povos (com centenas de milhares de mortos) aos interesses das potências imperialistas, apostadas em garantir o controlo dos centros produtores de petróleo.

15. Crise após crise, *aids(sida)* tomou conta da economia mundial, debilitando-a pela via do aumento do desemprego, do trabalho precário e com menos direitos, da desigualdade e da exclusão social. E mais uma crise rebentou em 2007/2008, no centro do *destecapitalismo de casino*.

Procurando ir além das bolhas especulativas e dos *jogos de casino* que tornaram a crise indisfarçável, direi que, a meu ver, as causas desta crise radicam na própria essência do capitalismo e foram-se acentuando à medida que se iam consolidando os resultados da *mundialização feliz* de que falam os apóstolos da *política de globalização neoliberal* dominante.

O Presidente do Banco Mundial (Robert Zoellick) escrevia, em outubro/2010: “Pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”.

Mesmo na rica Europa, o *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”.

Perante esta realidade, Joseph Stiglitz defendia há tempos que “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso”.

Todos sabemos, com efeito, que o neoliberalismo está completamente desacreditado no plano teórico e que os resultados das políticas neoliberais são consabidamente desastrosos.

Mas a verdade é que o neoliberalismo não saiu de cena: os pontos deste ‘teatro do mundo’ continuam a soprar aos atores em palco os mesmos textos... E os governantes de turno não conhecem outra cartilha.

16. Por minha parte, entendo que o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo não existe fora do capitalismo. O neoliberalismo é o capitalismo na sua essência de sistema assente na exploração do trabalho assalariado, na maximização do lucro, no agravamento das desigualdades.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro do século XVIII, uma vez mais convencido da sua eternidade, e convencido de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do seu trabalho.

O neoliberalismo é a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na ação do *estado capitalista*, porque, ao contrário de uma certa leitura que dele se faz, eu entendo que o neoliberalismo exige um estado forte para poder levar à prática as políticas contrárias à cultura democrática e igualitária do nosso tempo.

Quem tem acompanhado o desenrolar da presente crise do capitalismo só pode concluir que o *estado capitalista* permanece no seu posto, disposto a fazer o que for necessário para cumprir a sua missão de sempre: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith).

E, como em vários outros momentos da sua história, ele aí está, cada vez mais autoritário e repressivo, a proteger determinados (e bem visíveis) interesses de classe, à custa do sacrifício impiedoso dos interesses (e até da dignidade) da grande massa da população trabalhadora.

Poucas vezes na história do capitalismo a *natureza de classe do estado* terá sido tão nítida como nos tempos que correm: o *estadocapitalista* é hoje, sem disfarce, a *ditadura do grande capital financeiro*.

E é este estado que, em nome dos dogmas neoliberais, vem impondo políticas ditas de combate à crise assentes na imposição aos ‘pobres do costume’ do pesado ónus de sanar a crise de que não são responsáveis. É o que já está a acontecer, dramaticamente, na Grécia, em Portugal, na Irlanda e também na Espanha e na Itália, os elos mais fracos da *Eurolândia*.

Entregaram o mundo ao grande capital financeiro especulador. Este descobriu um modo autónomo de ganhar dinheiro à margem das atividades produtivas, dedicando-se a *jogos de casino* cada vez mais sofisticados, cada vez mais lucrativos, mas também cada vez mais arriscados. Os *produtos financeiros derivados* que alimentam estes ‘jogos de casino’ têm sido considerados por alguns autores como “armas de destruição maciça”. Apesar disso, eles vêm sendo criados e difundidos sem qualquer entrave, certamente porque os senhores do mundo entendem que, nesta ‘guerra’, como em todas as guerras, quem morre e quem é sacrificado é o povo.

Quando a banca do casino faliu, os povos de todo o mundo foram chamados a salvar estes jogadores inveterados e criminosos, tendo-se inventado, para o efeito, uma espécie de *capitalismo sem falências*, ao menos para o capital financeiro, sem dúvida para os bancos e outras instituições financeiras que são *too big to fail*. E os especuladores, agora chamados “os mercados”, continuam a governar o mundo a seu bel prazer.

17. Pois bem. Esta crise não será a última, mas ela ajudará a enfraquecer ainda mais este corpo condenado a morrer (como tudo o que é histórico) e a dar lugar a um mundo diferente, apesar de todos os meios – e são muitos – que podem ainda prolongar-lhe a vida.

É imperioso, de todo o modo, trabalhar no sentido de pôr termo a esta vertigem libertária, porque, também a este propósito, se vem confirmando a velha máxima de Lacordaire: “entre lericheetlepauvre, entre le forte etlefaible, c’estlaloiqui liberte etc’estlalibertéquiopprime”.

É necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado.

Porque o mercado não é um *mecanismo natural* (inerente à *natureza das coisas*, ou à *natureza dohomem*), não é o único instrumento capaz de *afetaçãoeficiente eneutra de recursos escassos* e de *regulação automática* da economia.

O mercado deve antes considerar-se, como o estado,

- uma *instituição social*, um *produto da história*, uma *criação históricada humanidade*, correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas;
- uma *instituição social*, destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais;
- uma *instituição política*, que veio servir (e serve) os interesses de uns, mas não os interesses de todos. “Longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”. (David Miliband)

O mercado e o estado são ambos *instituições sociais* (*instituições políticas*, neste sentido), que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua interação.

À luz do que fica dito, é claro que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objetivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

Em boa verdade, a defesa do mercado é a defesa do modelo (da concepção filosófica) liberal da economia e da sociedade, que assenta no mercado e tudo subordina ao mercado.

A *defesa do mercado* é a defesa da ordem estabelecida, a *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares fundamentais.

Por isso mesmo, para transformar esta ordem social é preciso apear o mercado do seu trono de *soberano por direito divino*, cujo poder se afirma infalível e indiscutível.

É preciso pôr termo à ditadura do *pensamento único*.

19. – Neste domínio, cabe aos intelectuais e, de modo muito particular aos universitários comprometidos com uma *Universidade Cidadã*, uma enorme responsabilidade.

A responsabilidade de desenvolver o trabalho teórico indispensável para compreendermos corretamente o mundo à nossa volta e para melhor podermos intervir no sentido de o transformar.

A responsabilidade de não desertar do terreno da *luta ideológica*, porque ela é hoje um fator decisivo em todas as lutas sociais.

Sabendo nós que os grandes centros da produção da ideologia dominante e os mais importantes meios de comunicação de massas estão sob o controlo dos mais poderosos grupos económico-financeiros, seria indesculpável que os mais preparados para enfrentar os senhores do mundo neste campo específico não pusessem as suas ‘armas’ ao serviço dos povos.

Como no belíssimo poema de Vinicius de Moraes (*O operário em construção*), é preciso que *o operário que sempre dizia sim comece a dizer não*.

Ao patrão que o queria aliciar oferecendo-lhe *tudo o que ele quisesse*, desde que abandonasse o que o fazia dizer *não*, o operário em construção respondeu simplesmente: “Não podes dar-me o que é meu”.

É esta a resposta que temos de dar aos que nos quiserem aliciar para dizermos *sim* a este mundo antropofágico, de injustiça e de violência.

20. - Vou terminar, que já vai longa a jornada.

Mais forte por pertencer agora à vossa ‘tribo’, quero assumir perante vós, professores e estudantes desta minha UFPB, o compromisso de caminhar ao vosso lado o caminho que é preciso caminhar.

É uma viagem que temos de fazer bem conscientes de que não damos nada aos nossos povos que já não lhes pertença, porque são eles, como o *operário em construção* cantado por Vinicius, que “erguem as casas onde antes só havia chão”.

Muito obrigado pela paciência com que me escutaram. Desculpem-me, se puderem, o tempo que vos roubei.

João Pessoa, 15 de setembro de 2011

